

**ATA Nº 09/2015**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE.**-----

Aos vinte dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta de Derrama para 2016; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2016; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para 2016;

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para 2016;-----

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Duarte e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Margarida São Marcos.-----

**PRESENÇA DO EXECUTIVO:** Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores José Vaz, Marcos Ré, António Pedro Martins e Paulo Costa, bem como as Vereadoras Beatriz Martins e Ana Bastos.-----

**FALTAS:** -----

Apresentaram pedido de substituição nos termos do artigo 6º. Do Regimento, os membros, Luís Leitão e Sofia Senos do PS, que foram respetivamente substituídos por Hugo Lacerda e Joana Lopes, Emanuel Costa e Barbara Gabriel do PSD, que foram respetivamente substituídos por Luísa Diamantino José Almeida e Carla Lima do BE, que foi substituída por Pedro Tavares. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, João de Oliveira, José Almeida, Hugo Lacerda, Margarida São Marcos, António Flor Agostinho, João Bernardo, Luísa Diamantino, Joana Lopes, António Pinho, Eduardo Conde, Hugo Rocha, Sérgio Lopes, Júlio Barreirinha, Lurdes Faneca, Daniel Santiago, Pedro Tavares, Irene Ribau, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

A reunião teve início às 21H00. -----

O Presidente da mesa abre a reunião, no ponto em que foi interrompida no dia 13, ou seja, uso da palavra pelo membro Hugo Lacerda do Partido Socialista, elemento inscrito e que não usou da palavra na 1ª. Ronda de inscrições. -----

Dado que o membro disse prescindir da palavra, o Presidente da mesa de seguida dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas: -----

**2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Dirigindo-se ao membro Sérgio diz que as políticas de incentivo a fixação de empresas na Zona Industrial, têm sido implementadas. A Derrama como todos sabem e já afirmaram, é um imposto sobre lucros, diz que a Câmara está a manter a mesma taxa, apenas acresce lembrar que de fato as coisas não surgem do nada, sendo necessário efetuar a cobrança das taxas consagradas por lei. -----

**2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**Eduardo Conde:** Expõe uma ideia, que designa de simples; sendo este um imposto que causa menos constrangimento, apenas reafirmar, porque acredita não ter sido bem entendido, que as empresas pagam com agrado este imposto porque sabem que o dinheiro é bem aplicado. Nos municípios que são geridos mais à esquerda é normalmente com toda a certeza menos bem gerido. -----

**Sérgio Lopes:** A crítica do PS, insere-se sobre o facto da Zona Industrial se encontrar obsoleta, sem atrativos e os industriais que aí trabalham não se sentem incentivados a pagar este imposto, porque não encontram nenhuma mais-valia em seu benefício. A Câmara nas zonas industriais da Mota e Ervosas tem muito a fazer, numa política ativa para a fixação de indústrias no município.-----

**3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Porventura sabem que o valor que recebemos de cerca de (450.000.00€) não chega para pagar, só as ultima obras que fizemos na ZIM. Ou as empresas pagam pouco ou a Câmara investe e investe muito, neste momento o que sentimos é falta de terrenos nas ZIMs, pois temos muitas solicitações. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Colocado pelo Presidente da mesa o ponto 3 a votação, é o mesmo aprovado com 15 votos a favor e 10 abstenções.

Votaram a favor os grupos do PSD e do CDS/PP e abstiveram-se os grupos do PS, PCP e BE.-----

**Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

À mesa é entregue pelo Partido Socialista, uma declaração de voto que se transcreve: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

Apreciação e votação da Proposta de Derrama para 2016 -----

A proposta de Derrama para 2016 vai, em parte, ao encontro das posições que o Partido Socialista tem expressado relativamente à cobrança deste imposto, concretamente no que diz respeito à atenção dada às empresas de menor dimensão, diferenciando-as positivamente das demais. -----

A proposta, através da introdução de isenção para empresas com volume de negócios anual que não ultrapasse os 150 Mil Euros e a novas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho, é uma medida importante para a dinâmica do nosso tecido empresarial bem como de acomodação a uma realidade vincada de dificuldades para muitas empresas. -----

Ainda que não seja esta uma medida da iniciativa da Câmara Municipal, mas sim do Governo, e já antes defendida em anteriores mandatos pelos autarcas do Partido Socialista, valorizamos os benefícios que a proposta implica.-----

No entanto, a manutenção da Taxa Máxima de 1,5% de Derrama merece a nossa discordância, em coerência com a nossa posição de há largos anos, dado que entendemos não contribuir para motivar as empresas em instalar-se no concelho, ainda mais quando conjugada com o estado de degradação e desmazelo em que se encontram as nossas zonas industriais. -----

Ademais, a arrecadação de receita proveniente da Derrama não tem dimensão que se afigure como uma receita imprescindível para o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal. -----

Considerando o acima exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a proposta aqui votada deveria conter uma diminuição da taxa, no entanto, valorizamos as isenções previstas, pelo que optamos pela Abstenção.----

Ílhavo, 20 de Novembro de 2015. O Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

O Presidente da mesa coloca em análise o **Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2016**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara:-----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** Como informou o Senhor Presidente, a introdução foi feita logo no ponto 2 a todo o pacote e por isso vai ficar a aguardar as perguntas.-----

**1ª. Intervenção dos Membros:** -----

**António Pinho:** O volume de obra que a Câmara se propõe efetuar precisa de meios financeiros, mas decretado o fim da austeridade, esta é uma taxa que a Câmara poderia prescindir. Nesse sentido poderá ajudar a corrigir um pouco o peso dos impostos sobre os cidadãos. -----

**Daniel Santiago:** Verifica haver uma grande falta de sensibilidade para com os munícipes. O PCP entende que nesta matéria não há desculpa.-----

**Pedro Tavares:** Diz que o BE não concorda com a penalização que se verifica constantemente às famílias sem haver um pequeno alívio dos impostos. Não poderia o BE esperar que a Câmara devolvesse tudo, mas há margem para fazer alguma devolução.-----

**Hugo Lacerda:** Cita o membro “há precisamente um ano que fiz aqui uma intervenção sobre este imposto...” Afirma que os pressupostos que salientou e dos quais sabe a resposta se mantêm, mas agora com menos ingenuidade. Salienta que para se entender bem a matéria é preciso estudar o imposto e dentro da ideologia de cada um se poder aplicar em prol do município e de Ílhavo. Tem o PS o dever de defender os ilhavenses, não existe nenhuma informação no documento em que se possa avaliar a real necessidade da manutenção deste imposto. De certeza que os ilhavenses prefeririam a ajuda anual nos seus orçamentos em lugar de mais 2 ou 3 ruas nos céus de Ílhavo. -----

**Sérgio Lopes:** No final deste pacote, o PS conclui que a alteração paradigma anunciada por esta Câmara no início do mandato é uma falsidade. A alteração constaria de; em vez de se fazerem orçamentos com base na despesa que se iria realizar e só depois é que se via a receita se iria obter! Passar-se-ia a fazer exatamente o contrário para apresentar orçamentos mais realistas. Afinal o que é apresentado é: a Câmara tem de fazer estas obras e tem por isso de cobrar todos estes impostos. Em Ílhavo também se sentem os efeitos da crise, os cortes dos vencimentos e todos os efeitos dessa mesma crise. A receita de IRS subiu no município como não há paralelo nos últimos anos, ao contrário de outras Câmaras, a isto se chama insensibilidade social, o PS pede só para a Câmara abdicar de 20%. Do valor destas cobranças. -----

**Eduardo Conde:** Considera o IRS uma ferramenta pedagógica e como tal está a ser usada. No próximo ano o IRS vai sofrer uma redução de 50%, por via direta através da sobretaxa, e por via indireta devido ao aumento do salário mínimo. É pedagógico manter para que não se devolva tudo duma vez só. -----

Presidente da mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara, para as habituais respostas e informações:-----

**2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** Comenta que nada disto é feito isoladamente, todo este pacote tem uma lógica de integração global. IRS só é pago a partir de rendimentos mensais de +-650.00€ Já deu nota de toda a estrutura financeira da Câmara e parece que alguns dos senhores é que não querem entender. Não nos acusem de falta de insensibilidade social, porque os apoios sociais na nossa Câmara vão muito para além do que está institucionalizado.-----

**2ª. Intervenção dos Membros:** -----  
**António Pinho:** Exclama que o conceito da pedagogia é muito interessante! Teremos todos de fazer uma margem pedagógica para a abundância que se aproxima, para podermos viver bem a mudança! Já tivemos três bancas rotas com um ponto comum, o que mais desejamos é que não venha uma quarta a caminho. A matemática é mesmo isso, o Senhor Presidente apresenta um plano e os recursos para ele. É uma questão de opções, ou pagamos o máximo ou deixamos obra por fazer. -----

**Pedro Tavares:** Também comenta a ideia da pedagogia, para dizer que só deverá ser feita em tempo oportuno pois não se sabe o que vai acontecer em termos de futuro. No que respeita a crise as medidas corretivas têm de ser oportunas.-----

**Hugo Lacerda:** A pergunta que fez foi se o município tem conhecimento se a receita fiscal subiu 6,4% este ano. A classe média foi a que mais sofreu com a crise e tomar opções de vida que não estavam no horizonte. Assim, pergunta por que razão o município também não pode fazer opções de levar avante ou não alguma obra para poder aliviar a carga fiscal dos municípios? Afirma não questionar as contas, mas as opções. -----

**Sérgio Lopes:** O PSD começa acreditar que a estratégia económica do PS é correta, para fazer a consolidação das contas públicas, não através da austeridade mas através do crescimento económico, não do empobrecimento dos portugueses, mas da capacitação dos portugueses para fazer de Portugal um país melhor. Acusa ainda o Presidente da Câmara de desconhecer a realidade face à afirmação de que os rendimentos dos portugueses aumentaram. O que aconteceu foi que o Tribunal Constitucional devolveu algumas tentativas do Governo de retirar mais rendimentos às famílias. Mostra-se ainda chocado com o fato do Presidente pensar que 650€ de rendimento mensal de trabalho numa família é muito? A Isto não chamaria insensibilidade social, mas profundo desconhecimento da realidade, o que é muito grave. Resumindo não se trata de saber mais ou menos de contas, mas sim de opções. As opções do PS, seriam diferentes e no sentido de aliviar a carga fiscal das pessoas.-----

**Eduardo Conde:** O consumo e o investimento privado são em função do rendimento presente e da expectativa do rendimento futuro. Não acredita o membro que a baixa de impostos estimule a economia, até pelo contrário. Não somos uma economia integrada e nem sustentada e o aumento de consumo só irá beneficiar os países exportadores. Pede ainda para lhe dizer o PS, porque não entendeu qual seria a obra escolhida para não fazer? Admite a resposta no próximo ponto. -----

**3ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** O que fazemos é com toda a consciência e partimos do princípio que o que se propõe é o melhor e fundamental para os ilhavenses.-----

**VOTAÇÃO:** -----  
Colocado pelo Presidente da mesa o ponto 4, a votação, é o mesmo aprovado com 13 votos a favor e 12 abstenções. Votaram a favor o grupo do PSD e abstiveram-se os grupos do CDS/PP, PS, PCP e BE.-----

**Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2016-----  
O Partido Socialista considera que no quadro de agravamento fiscal para as famílias portuguesas que foi imposto pelo Governo PSD/CDS, concretamente também em sede de IRS, a Câmara Municipal tem beneficiado de um aumento da receita no que diz respeito à participação variável que esta pode ter no IRS, sem que se vislumbre daí vantagens para o controlo do défice público ou a contenção dos níveis de endividamento do país.-----

O aumento de receita destinada à Câmara Municipal nos últimos anos, sem precedentes, a que assistimos no que a esta rubrica orçamental diz respeito, demonstra bem a insensibilidade social da maioria PSD que lidera a Câmara Municipal de Ílhavo. -----

O Executivo Municipal mostra com esta proposta que ignora por completo a sobrecarga fiscal a que os ilhavenses estão votados, abdicando de uma ferramenta sua que pode muito bem usar para aliviar essa mesma sobrecarga sobre as famílias, através do alívio nas taxas e impostos que cobra directamente aos ilhavenses.-----

Por isso, entende o Partido Socialista que deve operar-se uma redução da Taxa de Participação do Município de Ílhavo no IRS para 4%, abdicando assim de 1% em favor dos municípios, sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da Câmara e com alívio significativo para a dimensão das despesas fiscais dos ilhavenses.-----

Face ao acima exposto, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que a proposta aqui votada é merecedora da nossa reprovação, e por isso Vota Contra. Ílhavo, 20 de Novembro de 2015. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Presidente da mesa coloca em análise o **Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para 2016**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara:-----

**1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** -----  
O Plano e Orçamento foram feitos numa ambiência de futuro incerto, mas acreditamos ser possível fazer aquilo a que nos propomos. Temos presente que a Lei das Finanças Locais e a Lei dos Compromissos e os pagamentos em atraso têm de ser cumpridas, ainda a necessidade de ter fundos disponíveis para as despesas. Fico à disposição para o que entender dever informar.-----  
Presidente da mesa abre inscrições para a-----

**1ª. Intervenção dos Membros:** -----  
**Daniel Santiago:** Diz o membro que a Câmara contactou os partidos para exercerem o direito de oposição, mas apenas a 48 horas do encerramento do processo, o que se tornou impraticável. O PCP explica habitualmente o seu sentido de voto, não vamos fazer hoje mais nenhum comentário ao ponto em análise. -----

**Sérgio Lopes:** Começa por dizer que o Presidente enviou este documento para análise no cumprimento do que determina o Estatuto do Direito de Oposição, embora com a falta do relatório. Por lapso ou não, o prazo para resposta não foi mencionado. Quando questionado pelo PS, informa que o prazo é de 48 horas, o que é manifestamente insuficiente dada a extensão e complexidade do documento. O PS considera não ter havido vontade de dialogar com os partidos não participam porque não podíamos participar nesta encenação. Contudo, afirma, não abdicamos de fiscalizar a atuação da Câmara e a afirmação das nossas diferenças. Poderá o Senhor Presidente deixar cadeiras vazias em debates, mas cá estaremos a honrar os nossos compromissos com os ilhavenses. Na Proposta de Plano e Orçamento para 2016, não surpreende o PS a vossa incapacidade de pensar o futuro do município e adequar a vossa referencial de intenções às famílias e ao território. Afirma ainda, a maioria que o Senhor lidera é uma maioria encerrada em si mesma na incapaz de projetar o investimento do município. E continua, a Câmara viveu os últimos anos de orçamentos irrealistas que dependeram de empréstimos e de endividamento. Este é o tempo dos orçamentos mais realistas e das restrições impostas pela Lei e pela adesão ao PAEL, das quais os Senhores são os responsáveis. Há muitos municípios bem desenvolvidos e com saúde financeira, pergunte como o fazem. O serviço de dívida consume 10% do nosso orçamento, é muito. Não se verifica neste documento capacidade para a captação de Fundos Comunitários, agora que até contratou um assessor para o efeito. São muitas as áreas de intervenção em que é urgente aproveitar as oportunidades do novo quadro comunitário que não encontramos e ficamos preocupados.

**Hugo Lacerda:** Analisadas as opções para 2016 pergunta: Sobre os Impostos diretos referiu, algum receio relativamente à baixa do IMT e IMI, quer explicar o motivo? Tem referido que a Câmara relativamente a muitas outras tem margem para contratação. Lançado que está o concurso público para avançados, pergunto porquê? Quais os critérios para as funções sociais e educação? -----

**João Bernardo:** Muito do que se promete fazer em 2016 vem já de 2015. Na Educação, avança com a requalificação de algumas escolas e a construção de um novo centro escolar na Gafanha de Aquém, as verbas provêm dos 40 milhões para o pacto de desenvolvimento, para o desenvolvimento de Coesão Social da Cidade? Salienta que o Senhor Presidente havia informado que entre 2014 e 2016 o orçamento baixaria na ordem do 35%, o que não acontece!-----

**João Roque:** Apenas quer fazer duas perguntas: Verba de 200 mil euros para passadiços? Houve mudança de competências? 40 000€Para iluminação pública, para quê? -----

**Flor Agostinho:** Obra é investimento gerador de condições para que a economia local funcione. Os ilhavenses não se revem em oposições que muito falam mas sem nenhuma proposta saudável e objetiva de melhoria para as populações. Este trabalho é o resultado das consultas e conversas com as Populações. É isso que faz a posição na Câmara, para saber as suas expectativas e vontades. Ninguém quer recordar os quatro anos do mandato do PS, que foi necessário depois recuperar. Recuperar com recurso à banca, naturalmente porque a ausência de investimento e aproveitamento de fundos foi quase total nesses quatro anos. Temos aqui investimento, criação de postos de trabalho com aumento. Sim, porque se tivermos como se prevê um Governo de esquerda o cumprimento da promessa da criação de postos de trabalho, vai ser através de contratação pública e as autarquias vão ser chamadas a participar. Este Plano obedece aos compromissos que temos de respeitar e à vontade da população. -----

**Hugo Rocha:** Nota-se que há uma preocupação de cumprimento do programa de candidatura e isso é louvável. São as GOP da continuidade e estão bem estampadas as ações e áreas de intervenção com o objetivo de melhoria das condições a oferecer às pessoas. -----

**António Pinho:** O enquadramento legal e do próprio País, levam a que as pessoas se situam mais na realidade. Seja qual for o rumo que o País venha a seguir, temos de saber trabalhar em função do que for mais correto. Se as piores expectativas se confirmarem as Câmaras Municipais vão ter muito mais importância do que já tinham. As reduções são realistas e isso é importante. -----

Presidente da Mesa terminadas as intervenções dá a palavra aos Presidente da Câmara para as habituais respostas.---

**2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** Aos membros que se referiram ao Estatuto do Direito da Oposição, a Lei não define nenhum prazo e eu também não o fiz e claramente não fixei 48 horas. Ao Senhor Sérgio apenas quero esclarecer que a minha comunicação foi enviada na terça-feira e na quinta o Senhor mandou um mail a perguntar o prazo para resposta. A resposta foi: "...é de todo oportuno que possa dar resposta até ao final do dia de hoje..." Não foi dado nenhum prazo e não lhe foi imposto que enviasse até ao fim do dia. Se perguntasse se podia enviar na sexta, pois com certeza, o documento foi fechado na sexta-feira ao final da tarde. Os Senhores não quiseram dar contributos e nós respeitamos. Não entendi do seu discurso nada objetivo relativamente ao plano. Não tem qualquer sumo a sua intervenção é muito blá, blá, mas nenhuma alternativa válida. No que respeita à captação de fundos comunitários e que o Senhor nada encontrou, leva-me a pensar que nem leu o documento, se o tivesse feito encontraria a referência a candidaturas já entregues e bem explicitas no documento. Refiro-me obviamente a candidaturas municipais.-----

O IMI deste ano, tem nos dados até outubro uma baixa de 40%, que representa 500 mil euros de receita. Os concursos para 25 vagas abertos, são para o quadro e não para tarefeiros ou avençados. Informa o membro João Bernardo que a verba que está no pacto é relativamente ao Centro Escolar da Gafanha de Aquém. A Educação para obras no pacto tem 5 milhões de euros para 11 municípios. Informa o membro João Roque que a recuperação de passadiços, é no âmbito de entendimento de parceria com a APA. Quanto à Iluminação pública o valor é para fazer face a reparações da nossa competência. Concorde com António Pinho, esperando que as Câmaras Municipais não tenham que ser os grandes bastiões do rigor no país. Concorde com Hugo na apreciação de coerência das Grandes Opções do Plano. -----

Presidente da mesa abre inscrições para: -----

**2ª. Intervenção dos membros:** -----

**Pedro Tavares:** Opina que Ílhavo está a crescer de forma assimétrica e com falta de atenção da Câmara.-----

**Sérgio Lopes:** Diz sentir-se no direito, face ao cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição dizer que foi uma obstrução a forma como foi conduzido. No que respeita a fundos comunitários diz ser pouco o que até agora está feito, embora sabendo que a captação não está esgotada. Havia uma Câmara Municipal sustentada às custas de empréstimos/endividamento, agora é às custas dos impostos que cobra aos municípios.-----

**Hugo Lacerda:** Face à resposta do Senhor Presidente, pergunta por que razão se vai aumentar a despesa com pessoal avençado ou em regime de tarefa em 230 mil euros?-----

**João Bernardo:** Faz exatamente a mesma pergunta que o membro anterior.-----

**João Roque:** Esperava que a resposta no que toca a iluminação Pública tivesse algo com a eficiência energética. Vamos continuar a pagar juros de uma dívida que a governação PSD dos últimos anos nos impôs o que limita do investimento.-----

**For Agostinho:** O PS acusa a Câmara de ter um município parado e sem objetivos. Afinal a CMI abriu concurso para 25 postos de trabalho e concorreram cerca de 1.700 concorrentes, demonstrativo da atração que o município exerce. -----

Presidente da Mesa terminadas as intervenções dá a palavra aos Presidente da Câmara para que possa dar as respostas. -----

**2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:** Responde ao membro Sérgio Lopes dizendo que se o membro ditasse para o Plano aquilo que entende por um bom Plano, isso sim, consideraria uma atitude a bem dos ilhavenses, que tanto reclama. Dado que nada de útil diz, as críticas são habituais na oposição, mas não acrescem qualquer valor ao mesmo. Há muitas Câmaras que pagaram a empresas para fazer as candidaturas, a CMI, contratou um assessor para fazer as candidaturas ao Fundos, são opções. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Colocado pelo Presidente da mesa o ponto 5, a votação, é o mesmo aprovado com 13 votos a favor pela bancada do PSD, 3 abstenções da bancada do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador e 9 votos contra das bancadas do PS, PCP e BE. -----

**Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2016.-----  
A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 apresentada pelo Executivo Municipal liderado pela maioria PSD afigura-se com um plano de intenções que é bem demonstrativo de uma maioria encerrada em si mesma, sem ideias novas, divorciada dos problemas dos municípios, incapaz de projectar estrategicamente o desenvolvimento do município. -----

O esgotamento da maioria PSD que governa a Câmara Municipal está bem claro no documento em apreciação, que se limita a pouco mais que a enunciação das actividades correntes da autarquia, à repetição exaustiva dos compromissos assumidos ao longo do mandato, que persistem em não ser concretizados, e ainda à exaltação de

pequenas intervenções, que não passam disso mesmo, estereis de impacto sério no desenvolvimento estrutural do município. -----

A maioria PSD encontra-se esgotada no plano do pensamento estratégico do concelho. O PSD é um vazio de ideias.- Em ano de arranque da execução do novo quadro comunitário de apoio, estando, a título de exemplo, já assinado o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro, a Câmara Municipal de Ílhavo prevê para 2016 um exercício completamente divorciado dessas oportunidades de financiamento para investir na melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Nesse quadro, não se vislumbram neste documento quaisquer prioridades concretas assumidas pela maioria PSD, quanto à captação de fundos comunitários, verificando-se sim uma apatia preocupante que pode vir a ser muito penalizadora do desenvolvimento económico e social do nosso concelho.-----

O Partido Socialista continua a entender que o executivo tem o dever de atentar na definição das suas prioridades no que diz respeito ao equilíbrio entre o rigor orçamental e o aprofundamento e amplificação da sua capacidade de resposta às dificuldades sociais e económicas das famílias ilhavenses. Não vislumbramos essa orientação plasmada neste orçamento, ademais quando se verifica uma redução do investimento nas funções sociais da autarquia.-----

Considerando também que se sente inequivocamente o distanciamento entre os cidadãos e aqueles que elegem, o Partido Socialista entende que o executivo municipal deve definir estratégias que visem a aproximação entre eleitores e eleitos, aprofundando as formas de participação política, especialmente nas camadas mais jovens, sendo essencial a criação do Conselho Municipal de Juventude e a implementação do Orçamento Participativo.-----

Os tempos em que estamos exigem do Executivo Municipal que altere o paradigma de funcionamento e de definição das prioridades da autarquias, exigem da Câmara Municipal que coloque enfoque nas suas funções sociais e na sua capacidade de intervenção para a melhoria da nossa coesão social e económica, colocando os seus instrumentos orçamentais ao serviço dos ilhavenses. Ao não abdicar, ainda mais quando tem comprovadamente margem de manobra, de 1% da Taxa de Participação no IRS, de 0,05% da Taxa de IMI, reduzindo-a para 0,35%, a Câmara Municipal dá um sinal de que não é sensível às dificuldades dos ilhavenses. -----

O PS continua a entender que o Orçamento Municipal e as GOP deviam refletir uma resposta atenta e vigorosa aos graves problemas sociais do nosso concelho. Temos feito propostas nesse sentido que não recolheram qualquer acolhimento por parte desta maioria. -----

Ao fim de dois anos de exercício de funções, demonstra-se inequivocamente a incapacidade do PSD de afirmar um novo impulso para o município. -----

Assim, atendendo ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista Vota Contra a Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2016. Ílhavo, 20 de Novembro de 2015. O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

O Presidente da mesa coloca em análise o **Ponto 6 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para 2016.** -----

O Presidente da mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para a introdução: -----

Presidente da Câmara: Este é um expediente habitual e de todos já conhecido, vou reservar-me para as perguntas:----

Presidente da mesa abre inscrições para os membros e ninguém se inscreve, colocando imediatamente a:-----

**VOTAÇÃO:** -----

Colocado pelo Presidente da mesa o ponto 6, a votação, é o mesmo aprovado com 23 votos a favor das bancadas do PSD, PS e CDS/PP, e, 2 abstenções das bancadas do PCP e BE. -----

**Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

E porque se esgotou a Ordem do Dia desta Sessão, o Presidente da mesa, dá os trabalhos por concluídos pelas 00h00, do dia em que teve o seu início. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

**ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12/02/2016.**